



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

*Colaborou Arthur de Souza

Concessão dos estacionamentos não requer anuência do Iphan

A concessão dos estacionamentos pagos em Brasília, no modelo Zona Verde, seguirá para licitação na próxima semana. O processo apresenta peculiaridades importantes: a medida, que transfere os estacionamentos públicos para a iniciativa privada, não exige anuência prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O instituto, responsável pela preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), será apenas comunicado pelo governo local em caso de intervenções na área.

É a medida que a Secretaria de Mobilidade (Semob) adotou após uma manifestação do próprio Iphan, para convencer os desembargadores da Corte. No despacho que autorizou o processo, a Semob destacou que o edital incluirá uma cláusula obrigando a consulta aos órgãos urbanísticos competentes, como a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e o Iphan, para qualquer intervenção viária ou edilícia que impacte a área tombada do Plano Piloto.



Marcelo Ferreira/DA Press

Sem acesso ao projeto

Oficialmente, o Iphan relata ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que nunca teve acesso ao material elaborado pela Semob, tomando conhecimento do projeto apenas por meio da imprensa. A Semob argumenta que só depende da aprovação do Iphan em situações específicas, como mudanças nos usos e classes de atividades, alterações de parâmetros urbanísticos ou implantação de garagens subterrâneas fora das projeções das superquadras, além de outras diretrizes.

Ainda assim, o Executivo deverá submeter o projeto ao Iphan, pois a licitação prevê modificações estruturais, como o controle de entrada e saída de veículos e a implantação de sistemas "park and ride" (estacione e embarque).

Promoções na PMDF são autorizadas por Ibaneis

Antes de se deslocar ao Congresso Nacional, o secretário de Economia Ney Ferraz obteve a autorização do governador Ibaneis para a redução do interstício para promoção de 220 praças e 67 oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O acordo foi costurado e formalizado no Palácio do Buriti, com a presença do líder do governo a partir do próximo ano na Câmara Legislativa (CLDF), Hermeto (MDB), do secretário de Segurança, Sandro Avelar, e da comandante-geral da corporação, Ana Paula Barros Habka.

arquivo pessoal



Fóruns discutem reajuste para policiais e bombeiros no DF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou fóruns para debater o aumento salarial de policiais e bombeiros do Distrito Federal, cujos salários são pagos com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Publicado no Diário Oficial da União, o decreto nº 12.326/2024 determina que os fóruns terão como objetivo debater aspectos remuneratórios das carreiras, elaborar estudos e apresentar propostas. Cada fórum será composto por representantes do governo federal e do governo local.

No caso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do DF, haverá quatro representantes de cada esfera. Para a Polícia Civil, serão quatro do governo federal e três do governo distrital. As reuniões ordinárias ocorrerão até duas vezes ao ano, com reuniões extraordinárias convocadas pelos coordenadores, conforme o regimento interno.

MPDFT lidera ranking do STJ

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) conquistou o primeiro lugar no ranking do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre vitórias de Ministérios Públicos do país na Corte. Entre janeiro de 2022 e dezembro deste ano, dos 257 recursos interpostos pela Coordenação de Recursos Constitucionais (CRC) do MPDFT, o STJ deu provimento a 169, o que representa 66% de sucesso nos processos.

Dimmy Falcão/TJDF



Correios e TJDFT presenteiam crianças e adolescentes

Uma parceria entre os Correios e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) presenteou cerca de 160 crianças e adolescentes de três instituições de acolhimento da capital federal. A ação integra a campanha Papai Noel dos Correios, que, neste ano, contou com um Acordo de Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para expandir a iniciativa.

A cerimônia de entrega dos brinquedos foi realizada na última quinta-feira à noite, no Fórum da Infância e da Juventude.

Acompanhe a cobertura da política local com @pgiovannic

Fundo Constitucional do DF

Texto aprovado ontem preserva a fórmula de reajuste do recurso. Projeto segue para sanção do presidente Lula

Senado mantém cálculo do FCDF

» ARTHUR DE SOUZA

O Senado Federal analisou o texto do Projeto de Lei (PL) 4.614/2024 — aprovado pela Câmara dos Deputados — e manteve o Fundo Constitucional (FCDF) fora do pacote de corte de gastos do governo federal. Com o placar de 42 votos a favor e 31 contrários, os senadores aprovaram o texto durante a última sessão de 2024. O projeto segue agora para a sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O *Correio* ouviu o governo do DF e a bancada local no Senado, que comemorou a vitória. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse que a capital pode respirar aliviada de vez, "graças a Deus e aos parlamentares, que entenderam a importância do Distrito Federal". Questionado sobre o que poderia ser feito para que não haja novas investidas contra o Fundo Constitucional, o chefe do Executivo local comentou que "espera não ter mais o PT contra o Distrito Federal".

Celina Leão (PP), vice-governadora do DF, disse que ficou muito feliz e agradecida com o resultado da votação. "O Senado também é a casa do Brasil. Agradeço a todos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Com o placar de 42 votos a favor e 31 contrários, os senadores aprovaram o texto durante a última sessão de 2024

os senadores, que nunca faltaram com a capital da República", comentou, frisando que, a partir de agora, é preciso construir um diálogo mais forte com o governo federal, para evitar novas investidas contra o Fundo.

Sem sustos

A senadora Damares Alves (Republicanos) ressaltou que a bancada teve uma conversa com todos os partidos no Senado, para o caso de um destaque solitário aparecer, de última hora, trazendo de volta para

o projeto a mudança no cálculo do Fundo Constitucional.

"Tínhamos apoio de todos os líderes, mas não foi necessário nenhum movimento maior. Pelo menos neste fim de ano, a gente não vai ter esse susto e não vamos ter nenhuma preocupação", afirmou. "No entanto, quero fazer o alerta de que, em dois anos, foram duas tentativas no Congresso contra o nosso Fundo Constitucional. Vamos ter que nos manter vigilantes com relação a esse tema", ponderou (leia Histórico recente).

O senador Izalci Lucas (PL)

agradeceu a sensibilidade do relator na Câmara, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e dos líderes de todos os partidos. "A vitória é de todos. Parabenizo a toda a bancada do DF; e, em especial, a sociedade civil, que se organizou na defesa do Distrito Federal. Mexeu com o Fundo, mexeu com a gente", enfatizou.

De acordo com a senadora Leila Barros (PDT), a retirada é uma conquista essencial para Brasília e seus moradores. "Nossa cidade enfrenta desafios únicos. Além de abrigar os

Três Poderes da República e as representações diplomáticas, o que eleva os custos com segurança pública, temos um território protegido pelo tombamento histórico", avaliou. "Essa decisão foi crucial para preservar a segurança, a saúde e a educação dos brasilienses", acrescentou a parlamentar.

Articulações

O texto original enviado pelo governo federal incluía a mudança na fórmula de cálculo do FCDF, que passaria a utilizar a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice equivalente, em vez da Receita Corrente Líquida (RCL) da União.

Após uma dura batalha da bancada federal do DF no Congresso Nacional, além do governo local e da sociedade civil, o relator do PL, Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), optou por retirar essa alteração, justificando que "ao alterar a forma de recomposição dos recursos do FCDF repassados pela União, o projeto impõe severa restrição fiscal ao Distrito Federal". Na Câmara, o texto foi aprovado com um placar de 264 votos a 209.

Se o projeto do governo federal

fosse aprovado conforme elaborado pelo Palácio do Planalto, a mudança na fórmula do Fundo Constitucional resultaria em uma perda de R\$ 12 bilhões para os cofres do Distrito Federal ao longo dos próximos 15 anos, segundo projeções da Secretaria de Economia (SEEC-DF).

Histórico recente

Em maio de 2023, políticos do DF se uniram, pela primeira vez, contra a proposta de inclusão do Fundo Constitucional no Arcabouço Fiscal. À época, o governador Ibaneis Rocha reuniu ex-governadores e outras autoridades para discutir formas de conseguir retirar o FCDF do projeto. A batalha, que durou longos meses, passou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A vice-governadora Celina Leão liderou as articulações, pelo fato de ser do mesmo partido do relator do projeto, Cláudio Cajado (PP-BA), e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em agosto do mesmo ano, o texto do novo regime fiscal foi aprovado, sem alterações no Fundo Constitucional, em uma sessão deliberativa da Câmara, com 379 dos 443 votos dos parlamentares presentes.